



Camila Tomicki
Lisandra Maria Konrad
(Organizadoras)

Enfoque Interdisciplinar na Educação Física e no Esporte

Atena
Editora
Ano 2019

Camila Tomicki
Lisandra Maria Konrad
(Organizadoras)

Enfoque Interdisciplinar na Educação Física e no Esporte

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E56	Enfoque interdisciplinar na educação física e no esporte [recurso eletrônico] / Organizadoras Camila Tomicki, Lisandra Maria Konrad. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-547-1 DOI 10.22533/at.ed.471192008 1. Educação física. 2. Esporte. 3. Prática esportiva. I. Tomicki, Camila. II. Konrad, Lisandra Maria. CDD 613.707
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne 28 capítulos que agregam discussões de vários autores, apresentando evidências técnicas e científicas relacionadas à práticas esportivas, pedagógicas e metodológicas da Educação Física e do Esporte. A temática com enfoque interdisciplinar é alvo de interesse de pesquisadores com os mais diversos objetivos e isto justifica a compilação de capítulos que contemplam públicos distintos - desde crianças até idosos. Mesmo diante das diferentes abordagens trabalhadas nos capítulos, pode-se observar a sintonia entre as propostas dos autores. Portanto, uma das responsabilidades deste livro é promover conhecimento sobre esta ampla área. Esperamos que esta obra coletiva possa subsidiar estudantes, professores e profissionais da área instigando a produção de novos conhecimentos.

Boa leitura!

Camila Tomicki

Lisandra Maria Konrad

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO	
Rosirene Campêlo dos Santos Lílian Brandão Bandeira Renata Carvalho dos Santos Gustavo Araújo Amui	
DOI 10.22533/at.ed.4711920081	
CAPÍTULO 2	6
BASQUETE SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA DE INICIAÇÃO DA PRÁTICA DE ESPORTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O USO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
Graziella Patrício Pereira Garcia Pedro Carlos Ferreira Santos Daniel dos Santos Fernandes Vitor dos Santos Silva Diego Américo de Paula Mota Ana Celia Aniceto Ramon Severino Rodrigues Pereira Arnaldo da Silva Sousa Rosimar da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.4711920082	
CAPÍTULO 3	14
O ENSINO DA LUTA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Glauciano Joaquim de Melo Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.4711920083	
CAPÍTULO 4	21
IOGA NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I	
Ligia Lopes Rueda Kocian Rafael Castro Kocian Guilherme Jamil Moraes Mubarack Rafael Cesar Lomonte Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	
DOI 10.22533/at.ed.4711920084	
CAPÍTULO 5	33
GINÁSTICAS PELO MUNDO: UM TRABALHO VOLTADO PARA A PLURALIDADE CULTURAL	
Letícia Trindade De Podestá Franciéle dos Reis Francis Gervasio Jacinto Tuffy Felipe Brant	
DOI 10.22533/at.ed.4711920085	

CAPÍTULO 6	38
EDUCAÇÃO FÍSICA, XADREZ E RENDIMENTO ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
George Tawlinson Soares Gadêlha	
Karluzza Araujo Moreira Dantas	
Bryan Kenneth Marques Pereira	
Jorge Alexandre Maia de Oliveira	
Thaís Maira de Moraes	
Aguinaldo Cesar Surdi	
DOI 10.22533/at.ed.4711920086	
CAPÍTULO 7	51
DIALOGANDO COM A INCLUSÃO: CORPOS QUE SE RELACIONAM NA DIVERSIDADE DA ESCOLA	
Ana Aparecida Tavares da Silveira	
Maria Aparecida Dias	
Sára Maria Pinheiro Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.4711920087	
CAPÍTULO 8	59
AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO ESTILO DE VIDA DOS ESTUDANTES	
Iranira Geminiano de Melo	
Célio José Borges	
DOI 10.22533/at.ed.4711920088	
CAPÍTULO 9	67
A INFLUÊNCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NO ESTADO MOTIVACIONAL DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO	
Rithyele Tavares Duarte	
Raymara Fonseca Dos Santos	
Bruna Cristina Soares Pinheiro	
Evail Oliveira Inomata	
Aldair Carvalho de Araújo	
Dainessa de Souza Carneiro	
Lady Ádria Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4711920089	
CAPÍTULO 10	81
AGREGAÇÃO E FATORES ASSOCIADOS À ATIVIDADE FÍSICA, SONO E ESTRESSE EM ESCOLARES	
Hector Luiz Rodrigues Munaro	
Suziane de Almeida Pereira Munaro	
DOI 10.22533/at.ed.47119200810	
CAPÍTULO 11	91
PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DO AMBIENTE, VIOLÊNCIA FÍSICA E O TRANSPORTE ATIVO ENTRE ESCOLARES DO EUSÉBIO (CE), NORDESTE DO BRASIL	
Jair Gomes Linard	
DOI 10.22533/at.ed.47119200811	

CAPÍTULO 12 103

SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: USO DE MATERIAS RECÍCLÁVEIS PARA PRÁTICA DE ATLETISMO

Graziella Patrício Pereira Garcia
Pedro Carlos Ferreira Santos
Daniel dos Santos Fernandes
Carlos Henrique Ramos Silva
Felipe Barbosa de Souza
Jonata Gabriel da Silva Rodrigues
Larissa Mara Duarte Teixeira
Marcos Felipe Ribeiro Costa
Welligton Paulo Gonçalves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47119200812

CAPÍTULO 13 112

ELABORAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INTERDISCIPLINARES COM ANATOMIA HUMANA

Luiz Gabriel Maturana
Gabriela Ribeiro Mourão
Izabela Jardim Neves Pereira
Matheus Augusto de Assis Gonçalves
Neimar de Jesus Costa
Ramona Ramalho de Souza Pereira

DOI 10.22533/at.ed.47119200813

CAPÍTULO 14 119

EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA COM A GINÁSTICA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS NO PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA EM CATALÃO-GO

Luanny Aparecida Leite Santos
Murilo Silva De Abreu
Wisley Ferreira Pires
Greth Machado Rodrigues
Andreia Cristina Peixoto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.47119200814

CAPÍTULO 15 124

COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO, COMPOSIÇÃO CORPORAL E RISCO CARDIOVASCULAR EM UNIVERSITÁRIOS PRATICANTES DE VOLEIBOL

Rafael dos Santos Coelho
Jean Luiz Souza Maciel Gomes
Katharyna Oliveira Sousa
Lucas Gomes Sousa Da Silva
Mirela De Meireles Guedes
Adria Mayara Pantoja Nogueira
Frank Ney Arruda Ramos
Tainara Silva dos Santos
André Fernandes dos Santos
Poliane Dutra Alvares
Surama do Carmo Souza da Silva
Andréa Dias Reis

DOI 10.22533/at.ed.47119200815

CAPÍTULO 16 133

DO IDOSO FRÁGIL AO IDOSO SAUDÁVEL E/OU AO GERONTOATLETA: CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA SAÚDE E DO ESPORTE

[Priscila Mari dos Santos Correia](#)

[Miraíra Noal Manfroi](#)

[Alcyane Marinho](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200816

CAPÍTULO 17 145

IMPACTOS DA PRÁTICA DE IOGA NO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL DE IDOSAS HIPERTENSAS: ANÁLISE CONCEITUAL

[Silas Alberto Garcia](#)

[Daniel Monteiro do Carmo Braga](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200817

CAPÍTULO 18 151

O LAZER PARA IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

[Jéssica Souza Cornélio](#)

[Graziela Cavalcante Araújo](#)

[Alvaro Rego Millen Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200818

CAPÍTULO 19 161

A INICIAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM ATIVIDADES DESPORTIVAS DE CLUBES E ASSOCIAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

[Midiã Moreira Oliveira Ramos](#)

[Itallo Coutinho Ramos](#)

[Adriano Fernandes Vaz](#)

[Felipe Di Blasi](#)

[Flávia Barbosa da Silva Dutra](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200819

CAPÍTULO 20 165

ORIENTAÇÃO: UM CAMINHO PARA SUPERAÇÃO

[Josiane Vendramin](#)

[Márcia Regina Walter](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200820

CAPÍTULO 21 173

PRATICANTES AMADORES DE ULTRAMARATONA: UMA CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL

[Robson Salviano de Matos](#)

[Júlio César Chaves Nunes Filho](#)

[Daniel Vieira Pinto](#)

[André Luis Lima Correia](#)

[Gabrielle Fonseca Martins](#)

[Jakeline Serafim Vieira](#)

[Gervânio Francisco Guerreiro da Silva Filho](#)

[Marília Porto Oliveira Nunes](#)

DOI 10.22533/at.ed.47119200821

CAPÍTULO 22	181
CROSS-EDUCATION: EVIDÊNCIAS, MECANISMOS, IMPLICAÇÕES PARA A REABILITAÇÃO E APLICAÇÕES PRÁTICAS	
Kelly Cristina de Mello Moraes Larissa Xavier Neves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.47119200822	
CAPÍTULO 23	194
QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES PRATICANTES DE TREINAMENTO DE FORÇA E SUA RELAÇÃO COM A COMPOSIÇÃO CORPORAL	
Júlio César Chaves Nunes Filho Robson Salviano de Matos Gabrielle Fonseca Martins Luís Felipe Viana Correia Daniel Vieira Pinto Antônio Oliveira de Lima Junior Marília Porto Oliveira Nunes Elizabeth De Francesco Daher	
DOI 10.22533/at.ed.47119200823	
CAPÍTULO 24	204
EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DE β -ALANINA EM DIFERENTES TIPOS DE EXERCÍCIOS: UMA ESTRATÉGIA NUTRICIONAL PARA MELHORAR A PERFORMANCE ESPORTIVA	
Ana Carolynne Ferreira Lopes Ana Paula Ferreira Lopes Kellen Raizy Noronha Monteiro Andreson Charles de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.47119200824	
CAPÍTULO 25	217
ALTERAÇÕES MORFOFUNCIONAIS DECORRENTES DA PRÁTICA DE MUSCULAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO	
Anthony Pedro Igor Sales Rolim Esmeraldo Ana Tereza de Sousa Brito Naerton José Xavier Isidoro	
DOI 10.22533/at.ed.47119200825	
CAPÍTULO 26	228
BASES CIENTÍFICAS PARA A PRESCRIÇÃO DE MODALIDADES DE TREINAMENTO FÍSICO CONTEMPORÂNEOS APLICADOS À SAÚDE	
David Michel de Oliveira Eduardo Lacerda Caetano Sabrina Tofolli Leite Anderson Geremias Macedo Rodrigo Paschoal Prado Daniel dos Santos Giovanna Benjamim Togashi Dalton Miller Pêsoa Filho	
DOI 10.22533/at.ed.47119200826	

CAPÍTULO 27 238

TREINAMENTO DE FORÇA COMO FATOR DE CONTROLE AO SEDENTARISMO

Dario da Silva Monte Nero
Pedro Henrique dos Reis Azevedo
Luís Gustavo Oliveira
Reginaldo de Souza São Bernardo
Thiago Lima Alves

DOI 10.22533/at.ed.47119200827

CAPÍTULO 28 249

A INSERÇÃO E O POTENCIAL DE AÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ÁREA HOSPITALAR NO VALE DO TAQUARI-RS

Gricielle Gheno dos Santos
Leonardo De Ross Rosa
Arlete Kunz da Costa
Eduardo Sehnem
Fernanda Scherer Adami
Simara Rufatto Conte

DOI 10.22533/at.ed.47119200828

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 261

ÍNDICE REMISSIVO 262

DO IDOSO FRÁGIL AO IDOSO SAUDÁVEL E/OU AO GERONTOATLETA: CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA SAÚDE E DO ESPORTE

Priscila Mari dos Santos Correia

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis - Santa Catarina

Miraíra Noal Manfroi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis - Santa Catarina

Alcyane Marinho

Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)

Florianópolis - Santa Catarina

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo verificar o contributo da Educação Física para idosos nas áreas da assistência social, da saúde e do esporte, considerando os documentos disponíveis nos *sites* do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Esporte (ME), analisando as informações que apontam perspectivas para a intervenção do Profissional de Educação Física (PEF) com idosos. Em 26 de novembro de 2016 foram consultados os *sites* dos ministérios sendo analisados os documentos que contemplam, de alguma forma, pessoas idosas em suas iniciativas. Dentre as iniciativas do ME, foram analisados o Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Programa Vida Saudável; dentre as do MDS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas; e, as do MS, o Programa

Academia da Saúde e a Estratégia Saúde da Família, por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. As possibilidades de intervenção do PEF com idosos envolvem ações com objetivos similares nas três áreas, porém, desenvolvidas sem articulação intersetorial. Todas as áreas, de algum modo, tentam contribuir para a perspectiva de promoção da saúde e do envelhecimento ativo; no entanto, outras iniciativas que poderiam auxiliar a superação da imagem do idoso como um indivíduo “frágil”, tal qual a implementação de programas destinados ao esporte competitivo entre idosos, ainda se mostram incipientes. A partir dos documentos analisados, foram detectados possibilidades e limites ao contributo da Educação Física para idosos nas áreas da assistência social, da saúde e do esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos. Educação Física. Atuação profissional.

OF THE ELDERLY FRAGILE TO THE
ELDERLY HEALTHY AND / OR OLD
ATHLETE: CONTRIBUTION OF PHYSICAL
EDUCATION IN THE AREAS OF SOCIAL
WELFARE, HEALTH AND SPORT

ABSTRACT: The purpose of this study was to verify the contribution of physical education

to the elderly in the areas of social assistance, health and sports, considering the documents available on the Ministry of Social and Agrarian Development (MDS), Ministry of Health (MS) of the Sport (ME), analyzing the information that points out perspectives for the intervention of the Physical Education Professional (PEF) with the elderly. On November 26, 2016, the websites of the ministries were consulted, and the documents that somehow contemplated elderly people in their initiatives were analyzed. Among the ME initiatives, the City Sport and Leisure Program and the Healthy Living Program were analyzed; among those of the MDS, the Service of Coexistence and Strengthening of Links for Older Persons; and those of the MS, the Health Academy Program and the Family Health Strategy, through the Family Health Support Centers. The possibilities of PEF intervention with the elderly involve actions with similar objectives in the three areas, however, developed without intersectoral articulation. All areas, in some way, try to contribute to the prospect of health promotion and active aging; however, other initiatives that could help overcome the image of the elderly as a “fragile” individual, such as the implementation of programs for competitive sport among the elderly, are still incipient. From the documents analyzed, possibilities and limits were found for the contribution of Physical Education for the elderly in the areas of social assistance, health and sport.

KEYWORDS: Elderly. Physical Education. Professional performance.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o segmento populacional brasileiro com 60 anos, ou mais, de idade tem sido foco de atenção de diferentes setores da sociedade. Isso porque o aumento quantitativo de idosos no Brasil, verificado por meio de pesquisas realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011, 2016), tem evidenciado novas demandas para essa população, especialmente em termos sociais, de saúde e de qualidade de vida.

No campo da produção científica sobre o envelhecimento humano, identificam-se diferentes áreas comprometidas com a geração de conhecimentos sobre o assunto (PRADO; SAYD, 2004), dada a amplitude, a complexidade e os variados aspectos envolvidos nessa temática. No âmbito das políticas públicas e ações governamentais, verifica-se um conjunto de iniciativas expandidas nos últimos anos, destacando-se, principalmente, a área da assistência social e a da saúde. Contudo, a área do esporte também apresenta propostas voltadas ao segmento populacional de idosos, sendo focalizada neste trabalho, juntamente com as duas primeiras áreas mencionadas, considerando o fato de a área do esporte constituir-se em um campo privilegiado e de reconhecimento legal para a atuação do Profissional de Educação Física (PEF), assim como ocorre com a área da saúde. O foco deste texto recair também na área da assistência social, por sua vez, deve-se ao fato de ser este um campo que, cada vez mais, parece estar se utilizando das atividades físicas e esportivas como estratégias

para atingir seus objetivos, possibilitando, assim, oportunidades para a intervenção do PEF.

Sabe-se que o PEF foi legalmente reconhecido como profissional da área da saúde em 1997, por meio da Resolução nº. 218/1997, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1997). No ano seguinte, por meio da Lei nº. 9.696, de 1 de Setembro de 1998, a profissão foi regulamentada, cabendo ao profissional desta área:

“[...] coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.” (BRASIL, 1998a, p. 1).

Dessa forma, por meio das diferentes expressões e manifestações do movimento humano, o PEF deve contribuir para a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, a fim de aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. Isso legitima sua atuação em qualquer contexto que possibilite às pessoas a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004), incluindo, assim, para além das áreas da saúde e do esporte, a área da assistência social. Ademais, atuando com pessoas de diferentes faixas etárias, esse profissional deve estar preparado para diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades também da população que ultrapassa os 60 anos de idade.

Considerando esses pressupostos, este trabalho tem como objetivo analisar o contributo da Educação Física para idosos nas áreas da assistência social, da saúde e do esporte, por meio de documentos eletrônicos disponíveis nos *sites* oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Esporte (ME), analisando-se as informações que apontam perspectivas para a intervenção do PEF com idosos. Busca-se, a partir deste texto, subsidiar outras reflexões sobre os campos de intervenção da Educação Física, particularmente no que se refere ao público idoso.

2 | INICIATIVAS DECORRENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ATENÇÃO AOS IDOSOS NAS ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA SAÚDE E DO ESPORTE EM 2016: POSSIBILIDADES E LIMITES DO CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

No *site* oficial do ME, podem ser encontrados 15 programas e ações, sendo que, mediante o conteúdo dessas iniciativas, verifica-se que apenas o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Vida Saudável (PVS) contemplam, de alguma forma, pessoas idosas em suas propostas. É preciso ressaltar que nem sempre as informações sobre cada programa e ação estão atualizadas, ou que incluem todos os

anos de desenvolvimento dos mesmos. Por isso, os dados apresentados consideram as informações disponíveis em 26 de novembro de 2016, data da consulta ao *site* do ME e também dos outros ministérios (MS e MDS).

O PELC foi criado em 2003 por intermédio da extinta Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), denominada em 2016 de Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Em sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, o PELC visa estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

De acordo com as orientações para implementação do PELC em 2011, por meio de um edital específico contendo essas diretrizes, disponível no *site* do ME, o objetivo geral do programa é contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas. Entre suas diretrizes estão: a valorização da diversidade; a intergeracionalidade; a auto-organização dos sujeitos e grupos; o trabalho coletivo e a gestão participativa; a intersectorialidade; a ludicidade; a ação educativa crítica e criativa para formação de valores; a promoção da cultura da paz; e, a territorialidade.

O PELC foi organizado em núcleos, entendidos como espaços de convivência social, onde as manifestações esportivas e de lazer são desenvolvidas. São eles: Núcleos Urbanos (voltados aos centros urbanos) e Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais (voltados para grupos culturalmente diferenciados como povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, dentre outras). Contudo, houve, também, núcleos específicos para jovens entre 15 a 24 anos, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica (Núcleos PRONASCI) e núcleos buscando o envolvimento direto de pessoas adultas, acima de 45 anos, especialmente de idosos (Núcleos Vida Saudável).

Ao criar núcleos específicos para essas faixas etárias, entendemos que a perspectiva da intergeracionalidade, preconizada entre as diretrizes do PELC, foi desconsiderada de alguma forma. Mesmo sabendo que no núcleo de pessoas acima de 45 anos pode haver pessoas em um intervalo de idade bastante amplo (dos 45 aos 90, por exemplo), sabe-se que os idosos jovens são os que geralmente mais participam de programas de atividades físicas e, independentemente disso, a não inclusão de crianças e/ou jovens nestes núcleos impossibilitam o envolvimento direto com gerações, de fato, distintas. Parece, entretanto, que a criação deste núcleo em específico foi necessária considerando a demanda da população que envelhece, a qual não para de aumentar. Talvez, mesmo nos núcleos abertos a todas as faixas etárias, a presença de idosos fosse tão expressiva que necessária foi a criação de grupos somente para eles.

Até o ano de 2012, os núcleos para pessoas acima de 45 anos estavam incluídos

na proposta do PELC, conforme as diretrizes deste ano em específico, também disponibilizadas no *site* do ME. Para os Núcleos Vida Saudável são previstas oficinas com atividades sistemáticas, realizadas de duas a três vezes na semana para atender até 200 idosos, contemplando atividades físicas, esportivas, culturais e artísticas, além de atividades assistemáticas, como eventos. Embora a perspectiva intergeracional seja apontada neste documento como imprescindível à organização das atividades, questionamos sua aplicação, especialmente por meio das atividades sistemáticas, indicando uma contradição presente neste documento. Como fomentar a perspectiva da intergeracionalidade em atividades destinadas prioritariamente a idosos e em espaços nos quais esses indivíduos devem se identificar e que favoreçam especificamente sua participação?

Os profissionais mencionados para atuar com as atividades físicas e esportivas em todos os núcleos são os da Educação Física, o que, no caso dos Núcleos Vida Saudável, favorecia a atuação com idosos. Esse pressuposto foi mantido nos últimos anos em que o PELC foi desenvolvido; contudo, os Núcleos Vida Saudável foram dissociados do PELC a partir do ano de 2013 e reconhecidos como um programa próprio. Conforme as diretrizes específicas para o PVS, de 2013, seu objetivo central é democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem-sucedido. Ou seja, de forma geral os objetivos e as diretrizes do PELC foram mantidos no PVS, apenas restringindo a participação para pessoas a partir de 60 anos de idade (predominantemente). Foi mantida, portanto, uma possibilidade fértil de contributo da Educação Física para atuação com idosos, especificamente na área do esporte recreativo e de lazer.

Apesar de o PVS indicar, entre suas diretrizes de 2013, a implementação e ampliação de ações intersetoriais entre os diferentes ministérios, não há informações nos *sites* consultados sobre a concretização de tais ações. Além disso, ao contrapor os objetivos específicos e as demais diretrizes do PVS com outras iniciativas do MS e do MDS, verificam-se ações similares, que acabam atendendo os mesmos idosos, com praticamente os mesmos objetivos, mas sem o devido diálogo e trabalho conjunto.

A organização das atividades do PVS por meio de oficinas com duração aproximada de uma hora, incluindo diferentes atividades físicas e esportivas, nas quais os idosos podem participar de mais de uma possibilidade; assim como a priorização do protagonismo do idoso por meio do estímulo à convivência social e da valorização da diversidade cultural e local, são alguns dos indicativos de correspondência com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos, do MDS, por exemplo.

Ao acessar o *site* oficial do MDS, podem ser observadas 14 iniciativas, sendo possível notar que quase todas incluem a possibilidade de atendimento ao idoso; no entanto, é por meio do SCFV, o qual realiza atendimentos em grupos por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, que há a possibilidade de atendimento específico a idosos e oportunidades evidentes de contributo do PEF.

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009), oferecido de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos. O SCFV pode ser ofertado nos Centros de Referência da Assistência Social ou nos Centros de Convivência, com o objetivo de fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2016). Clicando-se sobre um *link* para se ter acesso a um documento com perguntas e respostas sobre o SCFV, encontram-se informações detalhadas sobre sua organização e estrutura de funcionamento, com o intuito de orientar os estados e os municípios para a gestão desse serviço.

Os objetivos do SCFV para pessoas idosas são: contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para pessoas idosas e encontros intergeracionais, de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar suas necessidades e motivações, bem como desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizem as suas experiências e que estimulem e potencializem a capacidade de escolher e decidir. As atividades esportivas e de lazer são entendidas como formas privilegiadas para a proteção social dos idosos atendidos por esse serviço, que podem estar em situações de vulnerabilidade social (isolamento, violência, dentre outras), sem impedir a participação de idosos que não estejam nessas situações (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a realização de oficinas de esporte e de lazer são previstas no SCFV para idosos, assim como no PVS. A diferença é que no primeiro serviço não há diretamente a previsão da intervenção do PEF, apesar de ter como estratégia principal as atividades esportivas e de lazer. Todavia, são esses profissionais que geralmente assumem às frentes das atividades desenvolvidas nos centros de convivência para idosos. A resolução nº. 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções de gestão do SUAS, dentre as quais a Educação Física não está incluída (BRASIL, 2011a).

Se o PVS, do ME, e o SCFV para idosos, do MDS, possuem princípios e objetivos convergentes, bem como formatos de execução similares, que podem ser conciliados de forma a potencializar a atenção aos usuários e o trabalho em rede, questiona-se a inexistência de articulação entre essas iniciativas. Acreditamos que a falta de ações intersetoriais voltadas aos idosos, no contexto do ME e do MDS (diferentemente do que acontece entre MDS e MEC, em que há ações intersetoriais entre o SCFV para

crianças e adolescentes e o Programa Mais Educação), sem dúvidas está relacionada, em primeira instância, ao PVS caracterizar-se como uma política de governo, e não de estado. Desse modo, é urgente, no contexto do esporte, a instituição de uma política pública de estado, que contemple o acesso ao esporte por idosos a fim de que, ao menos, possam ser elencadas verbas específicas, agentes e suas competências.

Por outro lado, na assistência social, embora haja uma política pública organizada, a falta de reconhecimento explícito da área da Educação Física como possível atuante neste segmento dificulta a relação com as outras áreas, até mesmo no âmbito das discussões acadêmicas sobre o assunto. Quais produções científicas podem ser citadas sobre a inserção do PEF no SUAS? Em contrapartida, quantos são os estudos que podem ser mencionados sobre a atuação deste profissional no SUS e no contexto das iniciativas públicas de esporte e lazer?

Portanto, em um primeiro momento, parece haver a necessidade de pesquisadores da área da Educação Física dedicarem estudos à atuação do PEF no âmbito da assistência social. Que ela vem ocorrendo não há dúvidas; contudo, como tem sido o processo de inserção neste campo, o (não) reconhecimento por parte dos usuários e dos profissionais de outras áreas do conhecimento é que carece de análise e de aprofundamento. Este passo inicial poderá impulsionar discussões nos órgãos representativos da profissão sobre a necessária indicação explícita do PEF dentre os documentos relacionados a PNAS e ao SUAS, especificamente no que se refere ao SCFV para idosos.

As ações intersetoriais, preconizadas na maioria das políticas e das iniciativas aqui mencionadas, não serão efetivadas enquanto não houver vontade dos governantes e também dos diferentes agentes sociais envolvidos. De nada adianta ser formulada uma estratégia conjunta da assistência social e do esporte para atendimento aos idosos se os profissionais da “ponta”, isto é, que atuam com as atividades propriamente ditas, fazendo acontecer (ou não) as ações pretendidas nas iniciativas públicas, não estiverem abertos ao diálogo e se não houver programas de formação continuada que incluam ambas as perspectivas de atuação.

Nesse sentido, a intersetorialidade precisa ser reconhecida como um meio diferencial para viabilizar as políticas públicas de atendimento aos idosos, concebendo esses indivíduos em sua totalidade e não mais apenas de forma fragmentada. Isso não significa a transferência de responsabilidades de uma área para a outra, mas, sim, o compartilhamento de estratégias, de tempo e de espaço para as ações pretendidas. Cada área continuará tendo suas competências e responsabilidades específicas; no entanto, a complementaridade é que deverá ser enaltecida.

Sabe-se que esta não é uma tarefa fácil, tendo em vista que a segmentação das esferas da vida humana é um processo historicamente construído. No entanto, há de se começar por algum lugar, e, para além das investigações sobre o assunto, os cursos de formação inicial podem se constituir em alternativas férteis para a inclusão de discussões sobre o tema, assim como o protagonismo da comunidade, tanto de

profissionais quanto de usuários dos serviços, no sentido de fomentarem a discussão e refletirem sobre estratégias para sua implementação. A ocupação de PEF em cargos dos ministérios e das secretarias de estados e de municípios também pode contribuir com esse processo.

Particularmente sobre os cursos de formação inicial em Educação Física, sabe-se que historicamente eles não estavam direcionados à atuação desse profissional para o campo da saúde pública. Contudo, com a recente inclusão do PEF nas principais políticas públicas de saúde, tal qual a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), há perspectivas de mudanças em desenvolvimento. Acompanhando a ideia de ampliação do conceito de saúde, no sentido de entender que esta contempla aspectos sociais, culturais, históricos e outros, a formação inicial dos cursos da área da saúde tem se orientado à prática do cuidado, contemplando a atenção integral aos indivíduos e grupos (OLIVEIRA; ANDRADE, 2016; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016; WACHS; ALMEIDA; BRANDÃO, 2016).

Pensamos que seria importante a orientação, também, para a universalidade do atendimento às pessoas que precisam da assistência social, a centralidade sociofamiliar e o entendimento dos serviços socioassistenciais, características da PNAB e do SUAS. Inclusive, por meio de uma rápida busca na internet, podem ser encontrados editais de concursos públicos para o cargo de PEF em que o SUAS é um dos conteúdos previstos dentre os conhecimentos específicos desse profissional, ainda que as vagas não sejam especificamente direcionadas às secretarias de assistência social. Por tudo isso, é que acreditamos na necessidade do reconhecimento legal do profissional em questão como entre aqueles que atuam com os serviços socioassistenciais do SUAS, especialmente com os SCFV. Ademais, para os profissionais atuantes no SCFV para idosos e no NASF, iniciativas de formação continuada que contemplem os saberes envolvidos na saúde pública e na assistência social tornam-se imprescindíveis.

Considerando que as iniciativas apontadas do ME e do MDS possuem propósitos em comum em relação ao atendimento a idosos, o que dizer do intuito de promoção da saúde e do envelhecimento ativo e saudável explícita nos objetivos gerais do PVS e do SCFV para idosos? Apesar desse claro indicativo de articulação com a área da saúde, ambas as iniciativas não são desenvolvidas de forma intersetorial com esta última área, conforme análise dos documentos elencados para este trabalho.

Ao acessar o *site* oficial do MS, podem ser encontradas informações sobre duas iniciativas que oportunizam a intervenção do PEF no contexto do atendimento aos idosos: o Programa Academia da Saúde (PAS) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), especificamente por meio do NASF. Sobre esta última, há uma página ainda sem conteúdo, informando “em breve”, sendo por isso, buscadas informações sobre ela principalmente nas leis que a referenciam.

O PAS foi criado em abril de 2011 (Portaria nº. 719, de sete de abril de 2011, do MS), com o objetivo de estimular a criação de espaços públicos adequados para a prática de atividade física e de lazer, no intuito de contribuir para a promoção da saúde

da população, sendo vinculado ao SUS. Em 2013, o Programa passou por ajustes e aperfeiçoamentos, tendo sido redefinido por meio da Portaria nº. 2.681, de 7 de novembro de 2013, na qual oito eixos foram estabelecidos para o desenvolvimento de atividades nos polos, dentre os quais estava o eixo de práticas corporais e atividades físicas (BRASIL, 2013). A Portaria nº. 186, de 14 de março de 2014, define os profissionais que podem compor a equipe do PAS, dentre eles o PEF (BRASIL, 2014). Entre os objetivos específicos do PAS, tem-se a promoção da convergência de projetos ou programas nos âmbitos da saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer (BRASIL, 2011b), porém, novamente, encontram-se dificuldades para identificar ações intersetoriais entre essas áreas.

Especificamente sobre a inserção do PEF no NASF, as diretrizes sobre a atuação no eixo das práticas corporais e atividades físicas preveem a formação de grupos que oportunizem essas práticas e atividades à população, mas também ações como clínicas compartilhadas, ações nos territórios, dentre outras que utilizem ferramentas como a clínica ampliada, o apoio matricial, o projeto terapêutico singular, entre outras possibilidades (BRASIL, 2010). Diferentes estudos têm investigado a inserção do PEF no NASF em distintos municípios brasileiros, apontando as dificuldades do reconhecimento da profissão, por parte dos demais membros da equipe, culminando nas tentativas, muitas vezes, limitadas para inserção nas atividades multiprofissionais previstas, restringindo sua atuação à execução de grupos de atividades físicas (MARTINEZ; SILVA; SILVA, 2014; SOUZA; LOCH, 2011; WACH; ALMEIDA; BRANDÃO, 2016). Nesse sentido, apesar de ser uma realidade a presença do PEF na saúde pública brasileira, ainda há muitos desafios a serem superados para que este profissional consiga inserir-se efetivamente na ESF, por meio do NASF.

Embora essas iniciativas não sejam exclusivamente direcionadas ao público idoso, sabe-se que este constitui a maior parte das pessoas atendidas nos diferentes municípios brasileiros (LOCH; RODRIGUES; TEIXEIRA, 2013; SÁ et al., 2016). Desse modo, enquanto a saúde tem duas importantes iniciativas que privilegiam a participação de idosos e a intervenção do PEF, como parte de políticas públicas mais amplas, o esporte tem apenas um projeto específico, mais recente, e a assistência social um serviço específico que não prevê explicitamente a atuação do referido profissional, embora se utilize das atividades esportivas e de lazer como estratégia principal.

Se a tentativa das políticas públicas brasileiras direcionadas aos idosos no século XXI pressupõem a ruptura de uma imagem social de idoso frágil não deveria haver mais iniciativas, principalmente na área do esporte, no sentido de reconhecer o idoso como um indivíduo capaz, inclusive, de participar de atividades esportivas também no âmbito competitivo? O que há de iniciativas públicas nacionais na área do esporte que estimulem a participação de idosos em competições esportivas na figura de gerontoatletas? Ademais, por meio de quais programas os idosos podem aprender alguma modalidade esportiva? Além de não haver a indicação dessas possibilidades dentre os programas e ações disponíveis no *site* do ME, estas também não são

alternativas contempladas nas ações do MS e do MDS.

Existem iniciativas estaduais e municipais, como os Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) no Estado de Santa Catarina, por exemplo, e diferentes jogos promovidos por entidades como o Serviço Social do Comércio (SESC), um dos pioneiros no meio privado a propor alternativas de participação do idoso em termos sociais, de saúde e de acesso a práticas esportivas. Entretanto, uma política nacional com pretensões similares, especificamente no campo do esporte, pode se constituir em uma nova estratégia de contemplação do atendimento ao idoso, contribuindo para a promoção de uma nova imagem social, bem como em uma alternativa de articulação com os setores de saúde e de assistência social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contributo da Educação Física para atendimento a idosos é evidente nas áreas da assistência social, da saúde e do esporte. Suas possibilidades de intervenção incluem, na maioria dos casos, ações com objetivos similares nas três áreas, porém, desenvolvidas sem articulação intersetorial. Todas as áreas, de algum modo, tentam contribuir para a perspectiva de promoção da saúde e do envelhecimento ativo; no entanto, outras iniciativas que poderiam contribuir para a superação da imagem do idoso como um indivíduo “frágil”, tal qual a implementação de programas destinados ao esporte competitivo entre idosos, ainda se mostram incipientes. Se a imagem de um “idoso saudável” está em curso, a de um “gerontoatleta” parece distante de ser reconhecida. Idosos com fragilidades sempre existirão na população, assim como crianças e adultos com tais condições. Contudo, isso não limita os direitos sociais dos idosos, tão pouco suprime a necessidade de intervenção do Estado em todas as esferas da vida humana.

Ademais, apesar do evidente contributo da Educação Física na área da assistência social, a falta de reconhecimento legal desta profissão no contexto do SUAS limita sua atuação neste segmento. Torna-se premente o desenvolvimento de discussões sobre as diferentes áreas de intervenção do PEF com idosos, no contexto das políticas públicas brasileiras, representando este texto uma iniciativa inicial de atender a esta urgência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 9.696, de 1 de Setembro de 1998.** Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF:** Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Portaria MS nº. 186, de 14 de março de 2014.** Brasília, 2014.

BRASIL. **Portaria nº. 2.681, de 7 de novembro de 2013.** Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.

BRASIL. **Resolução nº. 218, de 6 de março de 1997.** Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1997.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, nº. 17, de 20 de junho de 2011.** Brasília, 2011.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº. 7, de 31 de março de 2004.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Portaria nº. 719, de sete de abril de 2011.** Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2011.

BRASIL, 2015. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: perguntas frequentes.** Brasília, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios - Resultado do universo.** Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016.** Rio de Janeiro, 2016.

LOCH, M. R.; RODRIGUES, C. G.; TEIXEIRA, D. C. E os homens? E os que moram longe? E os mais jovens? ...? Perfil dos usuários de programas de atividade física oferecidos pelas Unidades Básicas de Saúde de Londrina-PR. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 947-961, out./dez. 2013.

MARTINEZ, J. F. N.; SILVA, A. M.; SILVA, M. S. As diretrizes do NASF e a presença do Profissional em Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 222-237, jun. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

NASCIMENTO, P. M. M.; OLIVEIRA, M. R. R. Perspectivas e possibilidades para a renovação da formação profissional em educação física no campo da saúde. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 209-219, jan./mar. 2016.

OLIVEIRA, R. C.; ANDRADE, D. R. Formação profissional em educação física para o setor da saúde e as diretrizes curriculares nacionais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 4, p. 721-733, out./dez. 2016.

PRADO, S. D.; SAYD, J. D. A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2004.

SÁ, G. B. A. R. et al. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1849-1859, 2016.

SOUZA, S. C.; LOCH, M. R. A intervenção do PEF nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família dos municípios do norte do Paraná. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 5-10, 2011.

WACHS, F.; ALMEIDA, U. R.; BRANDÃO, F. F. F. (Orgs.). **Educação Física e Saúde Coletiva: cenários, experiências e artefatos culturais**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

CAMILA TOMICKI Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Envelhecimento Humano pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo (UPF) (2015). Graduação em Educação Física Bacharelado (2012) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim (CREF 018200-G/RS). Possui vínculo com o Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde (NuPAF) integrando o Laboratório de Estudos em Ambiente, Mudança de Comportamento e Envelhecimento (LAMCE) da UFSC, bem como, é colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física - Educação Olímpica (GEPEF-EO) da URI Erechim. Tem experiência na área da Educação Física, com ênfase na área de Atividade Física Relacionada à Saúde atuando nos seguintes temas de pesquisa: a) Atividade Física e Saúde Pública; b) Avaliação de Programas; c) Determinantes Pessoais e Ambientais da Atividade Física; d) Atividade Física e Envelhecimento. Possui também experiência na área de Educação Física, com ênfase em Estudos Olímpicos, atuando nos seguintes temas de pesquisa: a) Educação Olímpica; b) Metodologias de Ensino-Aprendizagem; c) Formação Pessoal e Psicomotricidade.

LISANDRA MARIA KONRAD Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Educação Física na Área da Atividade Física Relacionada a Saúde pela UFSC (2005). Especialização em Educação Física na Área da Atividade Física Relacionada a Saúde pela UFSC (2000), Especialização Multiprofissional em Saúde da Família na Atenção Básica pela UFSC (2013). Graduação em Licenciatura em Educação Física (1998) pela UFSC (CREF 002206-G/SC). Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino para Educação Física para a Saúde (ABENEFS) e membro do Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde (NuPAF) integrando o Laboratório de Estudos em Ambiente, Mudança de Comportamento e Envelhecimento (LAMCE) da UFSC. Tem experiência na área da Educação Física, com ênfase na área de Atividade Física Relacionada à Saúde atuando nos seguintes temas de pesquisa: a) Saúde Pública; b) Promoção da Saúde; c) Programas e Promoção da Atividade Física no Sistema Único de Saúde.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academia 133, 140, 143, 168, 220

Adolescente 81, 92, 93, 100

Ambiente 3, 6, 9, 11, 12, 13, 27, 28, 35, 66, 70, 80, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 107, 152, 155, 166, 167, 168, 187, 196, 239, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 261

Atividade Física 2, 4, 66, 101, 124, 127, 132, 144, 150, 239, 247, 248, 261

C

Competição 7, 8, 19, 20, 44, 76, 104, 105, 108, 175, 179, 180, 208

Comportamento Sedentário 4, 82, 83, 85, 93, 94, 95, 97, 102, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132

Criança 1, 3, 7, 10, 23, 26, 28, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 78, 92, 93, 100, 106, 107, 252

D

Doenças 60, 65, 82, 88, 95, 96, 100, 126, 130, 131, 186, 200, 201, 202, 222, 229, 234, 237, 240, 244, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259

E

Educação Física 2, 5, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 149, 151, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 171, 172, 180, 203, 207, 217, 227, 228, 229, 236, 237, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 260, 261

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 18, 26, 252

Ensino Fundamental 2, 13, 18, 20, 21, 23, 26, 27, 32, 40, 52, 53, 54, 79, 95, 97, 107, 108, 118, 119, 120, 156, 252

Ensino Médio 33, 34, 35, 59, 60, 61, 67, 68, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 83, 99, 101

Escola 14, 33, 42, 52, 67, 68, 71, 78, 107, 160

Esporte 2, 5, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 32, 38, 39, 42, 46, 52, 56, 58, 66, 74, 76, 78, 79, 80, 105, 106, 123, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 149, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 180, 202, 206, 216, 226, 227, 235, 246, 247, 248

Estilo de Vida 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 100, 102, 135, 203, 239

Estudo de Caso 165, 168, 219

Exercício Físico 93, 94, 95, 103, 105, 126, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 156, 157, 180, 196, 204, 207, 217, 218, 223, 227, 228, 229, 231, 234, 240, 248, 251, 254, 258, 259, 260

I

Idoso 133, 135, 137, 141, 142, 145, 146, 157, 158, 159, 160, 167, 239, 241, 244

Inclusão Social 8, 136

Interdisciplinaridade 112, 114, 118

Intervenção 1, 3, 5, 52, 64, 132, 133, 135, 138, 140, 141, 142, 144, 209, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 259, 260

M

Metodologia 16, 18, 20, 22, 26, 32, 37, 41, 75, 78, 79, 106, 111, 119, 123, 164, 176, 204, 222, 227, 233, 235, 245

R

Reabilitação 185, 226, 257

S

Saúde 2, 32, 65, 66, 81, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 113, 130, 132, 133, 135, 140, 142, 143, 144, 146, 149, 152, 159, 160, 176, 191, 194, 196, 197, 198, 202, 203, 207, 226, 227, 228, 230, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 258, 259, 260, 261

T

Treinamento 174, 187, 188, 189, 196, 226, 228, 229, 231, 233, 234, 236, 237, 241, 244, 247

U

Universidade 1, 2, 5, 6, 14, 21, 38, 40, 50, 51, 52, 66, 67, 68, 79, 81, 84, 91, 97, 103, 112, 114, 115, 119, 120, 124, 127, 133, 151, 161, 164, 165, 173, 180, 181, 194, 203, 204, 217, 228, 237, 261

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-547-1



9 788572 475471